

RECEP GM/MJ  
02/018/96.2  
01  
Ass.

17 JUL 14 2 58 000000

700  
l-oo  
da

DI.  
SIAPRO  
LC/CE56/MJ  
08000.017010/96-24

9.140 de 04/12/1.995)  
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAJ

# Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIVIL DA INCORPORAÇÃO  
DA DE BELEM, 108  
Juiz de Direito  
MERO LONGMAN  
Esônias  
MARGIO LONGMAN  
da substituição  
FATIMA VIEIRA  
do substituído

REPÚBLICA  
REGISTRO

FEDERATIVA DO BRASIL  
Distrito, Ener  
Estado Pernambuco  
Pessoas Naturais  
NASCIMENT  
uma Zona Judiciária, em virt  
FLS.

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica  
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República  
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República  
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:  
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS  
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420  
70064-900 - Brasília - DF  
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260  
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

#### Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007  
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil - História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Relatório.

Neide morreu em 07/01/1976, entre dois acontecimentos políticos que marcaram a história do Brasil e abalaram o anunciado processo de abertura política. As mortes de Vladimir Herzog, em 25/10/1975, e a de Manoel Fiel Filho, em 17/01/1976, que provocou a demissão do comandante do II Exército, expuseram uma grave crise interna no regime militar. Aparentemente, o poder central perdia o controle sobre o que ocorria nos porões da tortura.

Luís Francisco argumentou que a conjuntura política e a crescente mobilização da sociedade civil não aconselhavam mais o puro e simples desaparecimento do preso político. Era preciso uma roupagem formal para a morte. As autoridades militares sabiam que uma repetição do caso Herzog seria intolerável. *“Não estaríamos diante de uma espécie de ‘incidente’ ou de ‘acidente’ ocorrido no interior dos órgãos de repressão de São Paulo, dissimulado com sucesso para, por exemplo, evitar uma provável e severa reação presidencial?”*, indagou em seu parecer.

Os indícios, em seu conjunto, formaram a convicção do relator. Não foram encontrados os documentos que são obrigatoriamente produzidos em casos assim, como Boletim de Ocorrência, Inquérito Policial, fichas clínicas de atendimento, notícias de jornal, indício de que a ocorrência envolvendo Neide Alves dos Santos foi ocultada deliberadamente por agentes do poder público.

Após um ano de insistência, a CEMDP recebeu da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo cópia do exame necroscópico e duas requisições de exame ao IML. O laudo, assinado por Pérsio José Ribeiro Carneiro, é sucinto o suficiente para despertar suspeitas, já que Neide morrera por queimaduras em cerca de 70% do corpo. Uma das requisições de exame é genérica e pede a remoção do corpo do Hospital do Tatuapé. A outra define o caminho a ser dado ao corpo: contém o sinal que identificava os militantes políticos – a letra T.

Luís Francisco concluiu: *“ainda que permaneçam desconhecidas todas as circunstâncias do caso, a sua natureza política é cristalina, assim como as evidências de que ela se encontrava sob a vigilância de agentes da repressão. A morte não foi natural. A prova indiciária é suficiente para incluir o nome de Neide Alves dos Santos no rol das vítimas fatais da violência do regime militar”*. O processo de Neide foi aprovado por unanimidade, com a reconsideração do voto contrário apresentado inicialmente por Paulo Gustavo Gonet Branco.



### MANOEL FIEL FILHO (1927 – 1976)

Número do processo: 309

Filiação: Margarida Maria Lima e Manoel Fiel Lima

Data e local de nascimento: 07/01/1927, Quebrangulo (AL)

Organização política: PCB

Data e local da morte: 17/01/1976, São Paulo (SP)

Relator: Paulo Gonet Branco

Deferido em: 30/05/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 03/06/1996

Essa morte ficou registrada na história do regime ditatorial em estreita conexão com a de Vladimir Herzog. Aquela provocou grande repercussão junto à opinião pública brasileira, mas nada alterou na rotina do aparelho de segurança. A morte de Fiel, tendo ocorrido durante o recesso parlamentar e as férias universitárias, gerou noticiário mais discreto e, no entanto, produziu abalos na estrutura do regime militar. Reagindo a mais um suicídio forjado, o presidente Ernesto Geisel exonerou o comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Mello, e tirou da chefia do CIE o general Confúcio Danton de Paula Avelino, abrindo guerra aberta contra o seu ministro do Exército, Sylvio Frota, que seria também demitido no ano seguinte.

Alagoano de Quebrangulo, terra natal também de Graciliano Ramos, Manoel Fiel vivia na capital paulista desde os anos 50. Tinha trabalhado como padeiro e cobrador de ônibus antes de se tornar operário metalúrgico, trabalhando como prensista na Metal Arte, no bairro da Mooca, há 19 anos. Era casado com Thereza de Lourdes Martins Fiel, tinha duas filhas, e morava num sobrado na Vila Guarani.

Acusado por outro preso político torturado de receber alguns exemplares do jornal Voz Operária, do PCB, foi preso na fábrica, em 16/01/1976, às 12h, por dois agentes do DOI-CODI paulista. No dia seguinte, uma nota oficial informou que Fiel Filho havia se enforcado na cela com as próprias meias. Ocorre que, quando detido, ele usava chinelos sem meias, de acordo com depoimentos dos colegas de trabalho.

Quando os parentes conseguiram a liberação do cadáver para ser enterrado no cemitério da Quarta Parada, verificou-se que o corpo apresentava sinais evidentes de torturas, principalmente na região da testa, nos pulsos e no pescoço. No entanto, o exame necroscópico, solicitado pelo delegado de polícia Orlando D. Jerônimo e assinado pelos legistas José Antônio de Mello e José Henrique da Fonseca, simplesmente confirmava a versão oficial do suicídio.

O II Exército divulgou nota com o seguinte teor: *"O comando do II Exército lamenta informar que foi encontrado morto, às 13h do dia 17 do corrente, sábado, em um dos xadrezes do DOI-CODI/II Exército, o Sr. Manoel Fiel Filho. Para apurar o ocorrido, mandou instaurar Inquérito Policial-Militar, tendo sido nomeado o coronel de Infantaria QUEMA (Quadro do Estado Maior da Ativa) Murilo Fernando Alexander, chefe do Estado Maior da 2ª Divisão de Exército".* O coronel Murilo Alexander – lembra Elio Gaspari em *A Ditadura Encurralada* – era o mesmo oficial que tinha levado o cadáver de Chael Charles Schreier ao Hospital do Exército, no Rio, em 22/11/1969, tentando dissimular aquela morte sob torturas, sendo também apontado como um dos autores de inúmeros atentados terroristas de direita ocorridos em 1968.

O IPM foi concluído no prazo previsto de 30 dias. O procurador militar Darcy de Araújo Rebello, no parecer, datado de 28/04/1976, pediu o arquivamento do processo alegando que: *"As provas apuradas são suficientes e robustas para nos convencer da hipótese do suicídio de Manoel Fiel Filho, que estava sendo submetido a investigações por crime contra a segurança nacional. (...) Aliás, conclusão que também chegou o ilustre Encarregado do Inquérito Policial Militar".*

Os companheiros de fábrica de Manoel Fiel publicaram uma nota, por intermédio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde relatam com detalhes o ocorrido. *"Manoel Fiel, no dia 16/01/1976, havia sido detido ilegalmente às 12h por dois policiais que se diziam funcionários da Prefeitura, na fábrica onde trabalhava, a Metal Arte. Puseram-no num carro, foram até sua casa que foi vasculhada por eles. Nada encontraram que pudesse incriminar Fiel Filho. Diante de sua mulher – Tereza de Lourdes Martins Fiel – levaram-no para o DOI-CODI do II Exército, afirmando que ele voltaria no dia seguinte. Mas ele não voltou. No dia seguinte, um sábado, às 22h, um desconhecido, dirigindo um Dodge Dart, parou em frente à casa do operário e, diante de sua mulher, suas duas filhas e alguns parentes, disse secamente: 'O Manoel suicidou-se. Aqui estão suas roupas.' Em seguida, jogou na calçada um saco de lixo azul com as roupas do operário. Sua mulher então começou a gritar: 'Vocês o mataram! Vocês o mataram!'"*

O relato prossegue: *"Naquela trágica noite, os parentes que foram até o IML tentar recuperar o corpo do operário morto, sentiram-se pressionados. As autoridades só entregavam o corpo com a condição de que Fiel Filho fosse sepultado o mais rapidamente possível e que ninguém falasse nada sobre sua morte. No domingo, dia 18, às 8h da manhã, ele foi sepultado. Obrigadas ao silêncio, a viúva e as filhas nem mesmo se manifestaram quando o então comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, foi exonerado do seu cargo".* Os operários mostravam-se inconformados e pediam justiça: *"(...) Em apenas 20 dias, foi feito um inquérito e, mesmo sem qualquer base legal ou provas concretas, concluiu pelo 'suicídio'. Logo depois, o processo foi arquivado. Dois anos se passaram em silêncio. Até que se pode provar que, antes de morrer, o operário sofrera torturas. Gritava de dor e pedía aos seus torturadores: 'Pelo amor de Deus, não me matem'. Seus gritos foram sumindo durante as torturas até que acabou morrendo estrangulado. Não fora suicídio".*

Em 1978, a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, então integrada por José Carlos Dias, José Gregori, Margarida Genevois, Hélio Bicudo, dentre outros defensores dos Direitos Humanos, tomou depoimentos dos presos políticos que presenciaram as torturas do operário. Em 1980, foi lançado o livro *Manoel Fiel Filho: quem vai pagar por este crime?*, de Carlos Alberto Luppi, pela Editora Escrita. No IPM, a família do operário foi representada pelo advogado Belisário dos Santos Junior, que em 2001 passaria a fazer parte da CEMDP, sendo hoje o seu mais antigo integrante. Ação cível proposta contra a União Federal e patrocinada pelos advogados Marco Antônio Rodrigues Barbosa, Samuel Mac Dowell Figueiredo e Sérgio Bermudes, após vários anos de tramitação na Justiça Federal, foi julgada procedente em 1995, com a condenação da União e o reconhecimento de sua responsabilidade pela prisão ilegal, tortura e morte de Manoel Fiel Filho.

A notoriedade do caso determinou a aprovação unânime pelos membros da CEMDP, sem qualquer controvérsia. A própria exoneração do comandante do II Exército tinha equivalido ao expresso reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte sob torturas de mais um opositor político do regime militar. Na contagem de Elio Gaspari, no livro citado, *"Manoel Fiel Filho fora o 39º suicida do regime, o 19º a se enforcar. Como Cláudio Manuel das Costas, com as meias, sem vão livre"*.



## FRANCISCO TENÓRIO CERQUEIRA JÚNIOR

Número do processo: 074/02

Filiação: Alcinda Tenório Cerqueira e Francisco Tenório Cerqueira

Data e local de nascimento: 04/07/1940, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: 18/03/1976, Buenos Aires, Argentina

Relator: André Sabóia Martins e Márcia Ramos

Deferido em: 16/02/2006 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 06/03/2006

Francisco Tenório Cerqueira Junior, pianista carioca conhecido como Tenorinho, acompanhava Vinícius de Moraes e Toquinho num circuito de apresentações no Uruguai e Argentina, quando desapareceu em Buenos Aires, em 18/03/1976. Após o show no teatro Grand Rex, deixou seu quarto no Hotel Normandie em busca de uma farmácia e querendo comprar cigarros. Nunca mais foi visto. Quando constataram que ele não tinha retornado ao hotel, Vinícius, Toquinho e amigos como o poeta Ferreira Gullar, que vivia naquele país, mobilizaram-se imediatamente. Procuraram em hospitais e delegacias, buscando também ajuda na embaixada do Brasil. O governo brasileiro informou que nada sabia e o Itamaraty anunciou que estava fazendo o possível para localizar o pianista.

Vinicius de Moraes, que foi diplomata até ser exonerado em 1968 pelo AI-5 (sendo readmitido e homenageado, *post mortem*, em 2006), entrou com pedido de *habeas-corporis* no Judiciário argentino, mas o resultado foi negativo. Tenorinho foi tragado pela escalada do terror de Estado que o país vizinho vivia exatamente naqueles dias. O golpe militar que depôs Isabel Perón só ocorreria em 24 de março, quando o pianista estava preso há uma semana. Mas a Operação Condor já tinha sido lançada e a Triple A (Aliança Anticomunista Argentina) seqüestrava, torturava e matava em plena cooperação com os órgãos de segurança argentinos, mesmo antes do afastamento definitivo de Isabelita. A única pista colhida já no primeiro após o desaparecimento é que tinha ocorrido uma grande blitz na área durante aquela madrugada, com muitas prisões de suspeitos.

Tenorinho era um músico desconhecido do grande público brasileiro, mas muito respeitado por seus colegas. Elis Regina foi uma das artistas que se envolveu diretamente na busca de notícias, dedicando um de seus discos *"À ausência de Tenório"*. Em 1979, ainda acreditava que Tenorinho estivesse vivo e pretendia viajar a Buenos Aires para tentar localizá-lo. Tenorinho era casado com Carmem e tinha quatro filhos. A maior tinha oito anos, o caçula três. Carmem estava grávida e o quinto filho nasceu um mês depois do desaparecimento do pai. Começou sua carreira de músico aos 15 anos, tocando acordeom e violão antes de dedicar-se ao piano. Cresceu em Laranjeiras, estudou no Colégio Santo Antonio Maria Zaccaria no Catete, e ingressou na Faculdade de Ciências Médicas do Rio, tendo trancado matrícula quando cursava o 3º ano.

Em 1997, foi lançado o livro *O crime contra Tenório – Saga e Martírio de um Gênio do Piano Brasileiro*, de Frederico Mendonça de Oliveira. O autor, guitarrista, conviveu com Tenorinho de 1974 a 1976. O livro reconstitui com detalhes os últimos passos do pianista, desde 18/02/1976, quando partiu do Rio de Janeiro para apresentar-se em Montevidéu, Punta del Este e Buenos Aires. As primeiras informações concretas sobre o destino do músico só foram publicadas em 1986, quando um torturador argentino, Cláudio Vallejos, do Serviço de Informação Naval, deu entrevista à revista Senhor, em seu número 270.

Tenório foi preso na avenida Corrientes, considerado suspeito por usar barba, cabelo grande e roupas "diferentes", existindo também a informação de que ele tinha semelhança física com um líder montonero. Foi levado a uma delegacia de polícia e depois transferido para